



## EDITAL Nº 128/2023

### **RATIFICAÇÃO DA INDICAÇÃO DO CHEFE DE DIVISÃO DA DIVISÃO MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA DIGITAL COMO PONTO DE CONTACTO PERMANENTE E RESPONSÁVEL DE SEGURANÇA NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DA SEGURANÇA DO CIBERESPAÇO E JUNTO DO CENTRO NACIONAL DE CIBERSEGURANÇA**

**FERNANDO PAULO FERREIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**

**TORNA PÚBLICO**, em cumprimento do disposto no nº 1, do artigo 56º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, o seu Despacho nº 6/2023, exarado em 13 de fevereiro, que se transcreve:

“Considerando as competências que me são legalmente atribuídas pelas normas contidas nos artigos 35º, n.º 2, alíneas a), e c), e 37º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente, a qual consagra o Regime Jurídico das Autarquias Locais, conjugados com o artigo 164º, n.ºs 1, 3 e 5, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na redação atual, e bem assim no artigo 27º, n.º 2, alínea a), da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação em vigor, e constante do respetivo Anexo.

Considerando a missão e as competências regulamentares da Divisão Municipal de Inovação e Infraestrutura Digital, previstas no artigo 33º da Estrutura Orgânica Interna dos Serviços Municipais e respetivo articulado regulamentar em vigor e aplicável.

Considerando o disposto no artigo 4º, n.º 1, e no artigo 5º, n.º 1, ambos do Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho, que regulamenta o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço, aprovado pela Lei n.º 46/2018, de 13 de agosto, definindo as obrigações em matéria de certificação da cibersegurança em execução do Regulamento (UE) 2019/881 do Parlamento Europeu, de 17 de abril de 2019, em sede, respetivamente, de ponto de contacto e responsável de segurança.

Ratifico a indicação do Chefe de Divisão da Divisão Municipal de Inovação e Infraestrutura Digital, Doutor Clemente Rocha, como ponto de contacto permanente, de modo a assegurar os fluxos de informação de nível operacional e técnico com o Centro Nacional de Cibersegurança e bem assim como responsável de segurança para



a gestão do conjunto das medidas adotadas em matéria de requisitos de segurança e de notificação de incidentes, nos termos do Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço e do decreto-lei acima melhor identificado.

Mais ratifico a indicação do Chefe de Divisão da Divisão Municipal de Inovação e Infraestrutura Digital, Doutor Clemente Rocha, para elaborar e manter atualizado um inventário de todos os ativos essenciais para a prestação dos respetivos serviços, procedendo à respetiva assinatura, e bem assim para a elaborar e manter atualizado um plano de segurança devidamente documentado, assinando-o, nos termos, ao abrigo e para os efeitos do disposto no artigo 6º, n.º 1, e no artigo 7º, n.º 1, ambos do acima referenciado Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho, e de acordo com a demais fundamentação de direito melhor identificada no parágrafo precedente.

Publicite-se o presente despacho, nos termos do disposto no artigo 56º, n.º 1, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor.

Proceda-se à divulgação do presente despacho pelos serviços e unidades orgânicas municipais, mediante correio eletrónico, nos moldes usuais. “

Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos locais do costume e publicitado no sítio do município na Internet.

E eu, \_\_\_\_\_, Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos, Contraordenações e Execuções Fiscais, em regime de substituição, em suplência do Diretor do Departamento de Gestão Administrativa e Jurídica, o subscrevi.

Paços do Município de Vila Franca de Xira, 14 de fevereiro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal,